



Ata 2ª Reunião Geral Fórum Agropecuária e Silvicultura em 2020 – 24.06.2020

Participantes: Alessandra Fajardo (Bayer), Ana Carolina Corrêa (Youth Climate Leaders e Coalizão pelo Clima de BH), Ana Paula Kanoppa (STCP Engenharia), Ana Corrêa (Youth Climate Leaders e Coalizão pelo Clima BH), Ana Luci Grizzi (Veirano Advogados), André Guimarães (IPAM e Coalizão), Antonio José Lima Campos, Augusto Valencia (BIOMTEC Biomassas e Tecnologia), Bruna Emanuela (Bayer), Bruna Caroline Juliani (Agência das Bacias PCJ), Carmynie Barros (IABS), Cesar (Control Union), Ciniro Júnior (Imaflora), Eduardo Daher (Abag), Eduardo Roxo (Atina), Fabiana Vilela (SEBRAE MG), Fabio de Faria Coca (Fundação Agências das Bacias PCJ), Felipe Morbi (Soleá e Acrotech), Felipe Requena (Agência da Bacia PCJ), Fernando Passos (UFPR), Fernanda Rodrigues (Futuro Florestal), Fernanda Rotta (Rotta Advogados), Fabio de Faria Coca (Fundação Agências das Bacias PCJ), Gabriel Lui (iCS), Giovana Cavalcanti (Centro Clima - UFRJ), Gustavo Palauro (Agroicone), Iuri Dantas, Ivone Namikawa (Klabin), João Pedro (Florestar), José Henrique Tertulio Rocha (Geplant), José Netto (UEMS), Júlia Benficas (ESALQ), Juliana Monti (Solidaridad), Juliano Assunção (CPI), Kalil Cury (Partner), Klaus Schilling (Vicente e Maciel Advogados), Karen Tada (Bem Comunicar), Luís Felipe Andrade (Veirado Advogados), Leda Tavares (WWF), Leila Harfuch (Agroicone), Leonardo Baumgratz (Fundação Agência das Bacias PCJ), Liège Vergili (ABIEC), Livia Márcia Borges (Fundadora do Escritório Borges & Borges), Lucas Ribeiro (Abag), Luciana Lanna (Lemos Advocacia), Luís Felipe Andrade (Veirado Advogados), Ivone Namikawa (Klabin), Mirella Poccia Costa (Polifônicas Consultoria Socioambiental), Marcelo Furtado (ZCO2), Marcelo Wiechetecl (STCP), Marco Antonio de Resende Ferreira (ARPEMG), Maria Suarez (IABS), Mariana Pereira (Solidaridad), Mariane Crespolini (MAPA), Mayra Bonfim (IABS), Merel Van de Mark (Environmental Paper Network), Nathalia Granato (Ibá), Nelson Barbosa Leite (Comunidade de Silvicultura), Orlando Editore (Proactiva), Petras Shelton (Universidade de Melbourne), Rachel Prado (Embrapa), Rafaela Kern (Souto Correa Advogados), Raul Assunção (SOL Minas Orgânicos), Raquel Costa (UN Environment Programme), Reinaldo, Rodrigo Ciriello (Futuro Florestal), Rodrigo Lima (Agroicone), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Silvio Brienza (Embrapa Amazônia Oriental - Belém), Simone Gonçalves (ABIEC), Susian Martins (Climate Smart Group e Pangea Capital), Taís Carvalho (Athenagro), Thiago Belote (WWF)

Atualização sobre as Forças-Tarefas do Fórum

FT Finanças Verdes:

- Iniciamos o trabalho dessa Força Tarefa em 2020, focados em apresentar propostas para o Plano Safra 2020/2021. Considerando que tínhamos um prazo de menos de dois meses para enviar nossas contribuições, aproveitamos as análises já existentes de membros da Coalizão, como as notas técnicas da Agroicone e do CPI, além dos documentos produzidos pelo próprio Fórum Agropecuária e Silvicultura em 2019. As [propostas que enviamos ao MAPA](#) foram embasadas no artigo 41 do Código Florestal, que prevê incentivos econômicos para boas práticas agropecuárias.



- Consideramos a atuação desta FT bem-sucedida, já que tivemos bons resultados no Plano Safra 2020/2021, além de termos realizado importantes conversas, no escopo da FT, com associações do Agro e instituições financeiras.

FT Crédito Rural:

- Ao longo do ano passado, aproveitamos o espaço de diálogo que a Coalizão promove para buscar caminhos no sentido de aprimorar as políticas públicas de crédito rural existentes. Estabelecemos um importante diálogo com MAPA, MMA, ME e Banco Central, buscando conscientização acerca da importância de aproximarmos a obtenção de crédito rural da conformidade ao Código Florestal. Tivemos uma sequência de reuniões com técnicos desses ministérios, sendo capazes de gerar consenso acerca da oportunidade de aproximarmos esses dois elementos.
- Fomos pegos de surpresa pela pandemia e toda a energia do Banco Central e do ME passou a ser direcionada para a gestão da crise. Dado esse cenário, o BC pediu que retomemos as discussões no contexto do próximo Plano Safra. Apesar do atraso, acreditamos ter deixado pavimentado o caminho e estamos confiantes que teremos alguns indícios desse alinhamento entre crédito rural e Código Florestal já no próximo manual do crédito rural.

Debate sobre o Plano Safra 2020/2021

Mariane Crespolini (Diretora de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI – do MAPA)

- Além do Plano Safra, gostaria de abordar dois pontos: histórico do plano ABC e insights sobre a revisão do plano ABC a ser entregue esse ano. O Plano ABC completa 10 anos em 2020, com resultados muito bons. No ano passado fizemos uma parceria com a Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig) e eles mensuraram que já recuperamos 32 milhões de hectares desde o início do Plano. A meta era recuperar 15 milhões de hectares.
- Nas últimas décadas, a pecuária brasileira dobrou a produtividade, mas a produtividade média ainda é muito baixa, o que nos leva a crer que podemos ser mais ambiciosos nos próximos 10 anos do Plano ABC, visando até mesmo alcançar uma realidade de carbono neutro.
- Um destaque do Plano Safra foi a questão dos bioinsumos. É fundamental que olhemos para a Amazônia com o enfoque da Bioeconomia, que nos permite agregar valor e ganhar escala nos produtos alimentícios e também da indústria farmacêutica, contribuindo para o desenvolvimento social dos assentados e das pessoas da região.
- Outro destaque foi a questão da gestão de recursos hídricos. Em alguns meses, o MAPA lançará o Programa Nacional de Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural em Microbacias Hidrográficas que trará todas as técnicas do ABC, visando alinhar a irrigação com a conservação de solo e água, além de reforçar a importância do combate à erosão do solo.



- O valor para o ABC dentro do Plano Safra é de R\$2.5 bi, o que representa cerca de 1% do montante do plano e ampliação de R\$400 milhões em relação ao último. Uma grande inovação é o financiamento de aquisição de Cotas de Reserva Ambiental (CRA). A ideia é dar condição ao pequeno produtor, que precisa se adequar ambientalmente ao Código Florestal.
- Alguns pontos de atenção que precisamos trabalhar: diminuir burocracia para acesso do produtor ao ABC; expandir integração lavoura pecuária dentro do Programa ABC; expandir obtenção de crédito para tratamento de dejetos animais, tecnologia que, muitas vezes, os produtores nem sabem que poderiam utilizar.
- Em apenas seis anos, o Programa ABC já está em 53% dos municípios do Brasil. Segundo classificação do Banco Central, 77% da linha de crédito do Programa ABC foi para o médio produtor e apenas 12% foi para o grande produtor. O ABC tem que ser para o pequeno e para o médio porque assim ele vai ganhar competitividade.
- Próximo passo é olhar para os 96 milhões de hectares de pastos com algum grau de degradação. Por fim, é importante dizer que a questão da rastreabilidade está no radar do governo. O MAPA entende que não precisamos derrubar uma árvore sequer, mas sim buscar o incremento da produtividade nas áreas que já temos abertas.

Rodrigo Lima (Diretor Geral da Agroicone)

- A apresentação da Mariane demonstra a importância que o governo dá para a questão de investimento na agropecuária. Vejo alguns sinais positivos no que foi relatado: aumento de R\$400 milhões para o Programa ABC (mesmo no contexto da pandemia); inovação com compensação de reserva legal; ganho de importância para pequenos e médios produtores.
- É importante pensar a agropecuária no longo prazo, com uma visão de inovação, para que possamos atingir um desenvolvimento sustentável. Acredito que o plano traz essa sinalização, apontando para temas como Bioeconomia, melhoria na gestão de recursos hídricos e expansão da Integração Lavoura Pecuária.

Juliano Assunção (Diretor Executivo do Climate Policy Initiative)

- Desde Davos temos visto uma crescente participação do sistema financeiro na agenda socioambiental. Isso é essencial, pois este sistema tem capacidade de implementar mudanças em escala. Essa crescente participação se reflete em um novo movimento por parte do setor, baseado nos critérios ESGs (Environmental, Social and Governance). Estes critérios lançam um olhar sobre as empresas para além da sua capacidade de geração de lucro no curto prazo. Não se trata de filantropia, mas sim de uma nova tendência econômica, que vê como estratégica a preocupação com questões que se referem à sustentabilidade ambiental, social e de governança, de modo a medir a relevância das instituições no longo prazo.
- Em relação ao Plano Safra, a estratégia da Coalizão tem sido identificar plataformas de fomento direto a melhores práticas. Apesar da Plataforma ABC ter um tamanho considerável em termos absolutos, ainda é muito pouco em termos relativos. Para que



o ABC ganhe escala, seria interessante pegar práticas que estão fora da Plataforma ABC, mas que atuam no mesmo sentido, e reclassificá-las como tal.

- No trabalho que desenvolvemos com o MAPA, ME e Banco Central, a ideia não é fomentar uma plataforma específica para soluções associadas a melhores práticas, mas sim tentar direcionar o grosso dos recursos para atividades que têm um interesse público mais explícito.
- No caso do pequeno e do médio produtor, observa-se que quando eles têm acesso ao crédito rural, tendem a investir em melhores práticas, levando ao aumento da produtividade e redução do desmatamento. O grande produtor, por outro lado, tem práticas mais estabilizadas, e, por isso, tende a expandir mais sua produção quando tem mais recursos. Assim, fica claro que devemos focar as ações no pequeno e no médio, pois assim geramos renda no campo e também atendemos ao interesse do contribuinte, que verá seus recursos sendo utilizados para resolver falhas de mercado e problemas de interesse social.

DEBATE – principais comentários:

- A Plataforma ABC é importante, mas ainda temos uma barreira de mercado, que é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Como essa questão está sendo internalizada? Precisamos promover algumas mudanças de adoção de prática que são radicais para nossa cultura da agropecuária e sabemos que o grande salto não virá de uma espontaneidade do mercado.
- ATER é um assunto muito discutido no MAPA. Para que o produtor possa ter um aumento da rentabilidade, ele precisa de uma assistência técnica que o ajude a planejar sua produção e a implementação da sua renda. Outros países têm estabelecido suas estratégias em adaptação e o Brasil tem que trazer novas tecnologias de mitigação e de adaptação. Sabemos que um aumento de 1% de gasto de pesquisa, reflete em um aumento de 0,35% na produtividade e que um aumento de 1% de crédito rural e ATER, reflete em um aumento de 0,25% na produtividade. A Política Nacional de ATER está sendo revista, mas não vai ser só o estado que vai dar conta disso. O papel das iniciativas privadas é muito importante. Precisamos atacar isso juntos: governo, terceiro setor e setor privado.
- Será importante estabelecer algumas prioridades no que se refere à recuperação econômica pós-covid, para que utilizemos bem os escassos recursos. Um alinhamento do agronegócio com o ABC é fundamental já que a pressão do mercado internacional é grande. Precisamos pensar em ações concretas nessa direção que possamos implementar no curto prazo. O mundo encontrará alternativas ao Brasil se não inovarmos e construirmos essa agroeconomia de baixo carbono.
- Sobre a questão da recuperação econômica, precisamos entender qual o tipo de agricultura que o Brasil irá desenvolver e quais os instrumentos públicos que temos para implementar esse caminho. Vejo como distante que a agricultura brasileira seja majoritariamente ABC, mas devemos enxergar o momento atual como uma transição. É importante estarmos atentos porque, com a velocidade em que o mercado está evoluindo



mundialmente, podemos perder uma oportunidade. Agricultura e meio ambiente estão na essência das vantagens competitivas do país.

- Temos barreiras políticas e técnicas para uma agricultura majoritariamente ABC, mas temos que ter sinalização para o mercado internacional de que estamos neste caminho.
- Como a Coalizão pode ajudar o MAPA a avançar nos próximos desafios?
- O melhor modo de ajudar o MAPA é se aproximar. Precisamos do conhecimento e dos inputs de vocês porque o MAPA não tem braço para tocar sozinho o ABC. Vocês podem auxiliar com subsídios técnicos e ao listar as prioridades que enxergam.
- Devemos pensar no aprimoramento da política agrícola como um todo. Não existe país no mundo que consiga fazer ABC de fazenda em fazenda, mas precisamos começar a pensar no futuro do ABC no que se refere ao aumento de adaptabilidade e produtividade. Inovação é a base de tudo. Pensar em como recuperar pastagens e áreas degradadas será muito importante, já que se melhorarmos essas áreas teremos enorme benefício econômico e social para o país.